

Novas áreas são inevitáveis

Você já se imaginou morando em superquadras próximas ao Palácio do Planalto, onde hoje existe a Vila Planalto? Esta é uma das inúmeras sugestões para atender o crescimento populacional do Distrito Federal, e foi feita pelo próprio Lúcio Costa, em seu livro "Brasília, 57-85". O adensamento dentro do Plano Piloto ainda é uma questão polêmica, mas ninguém discute que o Distrito Federal vai ter que crescer, em diversas direções.

— O Brasil é um país livre, onde as pessoas têm o direito de ir e vir. Com as atuais taxas de crescimento por volta de 8 por cento ao ano, Brasília terá, no ano 2000, mais de quatro milhões de habitantes. Como você não pode pôr estas pessoas em câmaras de gás, não vai esterilizar todo mundo, nem instituir o passaporte interno, vamos ter que adensar, expandir e criar novas áreas mesmo — declara, enfático, o secretário Carlos Magalhães.

PEOT

Ele observa que, mesmo com a ocupação total de Samambaia, que absorveria 350 mil habitantes, e do projeto Lúcio Cos-

ta, às margens da EPTG, com capacidade para 75 mil, ainda faltariam residências para quase 2 milhões de habitantes no ano 2000.

— Vai ter que haver uma coisa grande, muito grande, para absorver toda esta população. Pode ser uma outra cidade — comenta Magalhães. "Tem um lugar...", começa ele, mas não vai até o fim. "Não vou dizer nada agora, não. Mas não tem nada a ver com o PEOT. O PEOT para mim não existe", afirma Magalhães.

O secretário lembra que o Plano Estrutural de Organização Territorial, que previa o adensamento populacional do eixo Brasília-Taguatinga-Ceilandia-Gama, foi completamente ignorado no momento em que se decidiu construir o Setor Octogonal e o projeto Lúcio Costa na EPTG. "Mas o PEOT teve o grande mérito de indicar que um rumo possível para o crescimento no Distrito Federal era neste eixo", ressalva Magalhães.

EROSÃO

O coordenador do Meio Ambiente, Benjamin Sicsu, acredi-

ta que a solução mais imediata para diminuir o déficit habitacional é Samambaia. Na sua opinião, porém, o problema da erosão existente no eixo indicado pelo PEOT desaconselha a criação de novos pólos populacionais lá.

— Uma região que eu vejo como muito boa para crescer é abaixo do São Bartolomeu, ao lado de duas usinas de soja existentes lá — opina Sicsu. Ele enumera diversas vantagens da região, como a existência de agroindústrias que podem servir como fator de atração populacional e o fato de grande parte da área ainda ser de propriedade do Estado, o que diminuiria os custos de desapropriação.

Outra alternativa apontada por Sicsu, que também é presidente da Proflora, é a utilização de algumas áreas nobres desta empresa estatal de reflorestamento, hoje ocupadas por eucaliptos, para habitações de média renda. Estes recursos seriam, então, aplicados na construção de moradias para a população de baixa renda. "Mas teria que haver o compromisso de que os recursos vão ser mesmo imediatamente destinados à construção de casas populares", frisa ele.